



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Secretaria Solicitante: Prefeitura Municipal de Silveira Martins.

O Município de Silveira Martins torna público que realizará licitação na modalidade acima citada, tendo por finalidade o fornecimento de bens ou serviços especificados no Item 1 – OBJETO deste Edital, que se regerá pelas Leis Federais nº 8.666 de 1993 e suas alterações, 10.520 de 2002 e Lei Complementar 123 de 2006. Também pelo Decreto Federal 7.892 de 2013 e Decreto Municipal nº 017/2013 e condições previstas neste Edital.

As Propostas e os Documentos de Habilitação serão recebidos e abertos em sessão pública a ser realizada na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 21 de Abril 163, Centro, **às 9h do dia 02/06/2020.**

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente Edital destina-se à escolha da melhor proposta para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, ESPECIFICADOS NOS ANEXOS DESTES EDITAIS.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar da presente licitação as empresas nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, as quais satisfaçam as condições deste edital e que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação as instituições que:

2.2.1 – Encontre-se em processo de falência ou concordata.

2.2.2 – Estejam reunidas em consórcio.

2.3 – Os proponentes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital e seus anexos, sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

2.4 – A participação neste Pregão importa ao proponente a IRRESTRITA ACEITAÇÃO das condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas e técnicas aplicáveis.

2.5 – O proponente arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

2.6 – A qualidade dos produtos e/ou serviços será garantida pela proponente, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e leis pertinentes ao objeto licitado.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 – Credenciamento: A licitante deverá fazer-se presente junto ao Pregoeiro diretamente ou através de seu representante legal, ou por procurador, conforme instruções abaixo:

3.1.1 – O Credenciamento do Representante Legal e/ou procurador da licitante deverá ser da seguinte forma:

3.1.1.1 – Cópia do Documento de Identidade.

3.1.1.2. – Registro Comercial no caso de empresa individual;

3.1.1.3 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documentos da eleição de seus administradores;

3.1.1.4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.1.1.5 – Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.1.6 – Por Carta de Credenciamento, conforme modelo do ANEXO IV ou Procuração com firma reconhecida, cuja comprovação far-se-á através da apresentação antes da abertura dos envelopes das propostas (se representada por procurador);

3.1.1.6.1 – Cópia do Documento de Identidade (proprietário ou ao menos um dos proprietários);

3.1.1.7 – Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, conforme ANEXO V.



3.1.1.8 – Apresentar declaração atualizada, firmada por contador, ou sócio administrador e ou técnico contábil da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou certidão emitida por órgão competente.

3.2 – Para o licitante que for participar do processo licitatório através de remessa postal ou entregar pessoalmente os envelopes no Setor de Licitações, deve apresentar as Declarações (itens 3.1.1.7 e 3.1.1.8) originais ou autenticadas em cartório em envelope separado, identificando-o da seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS – COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 – ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

NOME DO LICITANTE:

CNPJ:

FONE/FAX:

E-MAIL:

3.3 – A NÃO APRESENTAÇÃO DOS ITENS 3.1.1.7 ACARRETERÁ A NÃO PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

3.4 – Cada credenciado poderá representar empresas distintas, desde que as mesmas não participem do mesmo item, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido item.

3.5 – O representante, munido da Cédula de Identidade, deverá apresentar um credenciamento para cada empresa que irá participar do certame, nos termos dos subitens 3.1.1.

3.6 – Não será aceito um único credenciamento contemplando 02 (duas) ou mais empresas.

3.7 – A não apresentação da documentação de credenciamento (menos o subitem 3.1.1.7) ou ausência do representante legal da licitante não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, ele não poderá apresentar lances verbais ou qualquer manifestação em nome da mesma na sessão do pregão.

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – Os licitantes deverão entregar até o dia, hora e local indicados no preâmbulo os envelopes Nº 01 – PROPOSTA e Nº 02 – HABILITAÇÃO, fechados, indevassáveis e perfeitamente identificados, contendo a seguinte inscrição para cada envelope, respectivamente:

AO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS – COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 – ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

NOME DO LICITANTE:

CNPJ:

FONE/FAX:

E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS – COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 – ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

NOME DO LICITANTE:

CNPJ:

FONE/FAX:

E-MAIL:

5 – DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

5.1 – A licitante deverá apresentar a proposta em 1 (uma) via original.

5.2 – A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado, devendo ser preenchida, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por representante legal da empresa. A proposta deverá apresentar também a razão social, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu signatário conforme anexo.

5.3 – No caso de a licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo dos itens, constantes do objeto, quanto a ordem, quantidades e características do mesmo, sob pena de desclassificação do mesmo.

5.4 – Os valores deverão ser expressos em reais (R\$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

5.5 – Não serão aceitas propostas cujo valor unitário ultrapasse o valor de referência estipulado;

5.6 – A licitante deverá observar a descrição mínima constante do objeto.

5.7 – Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para contratação do objeto desta licitação, sendo



desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

5.8 – Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

5.9 – Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este Edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

5.10 – Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos (Art. 43 §3º);

5.11 – Entende-se que nos preços cotados estão incluídos além do lucro, todas as despesas e custos referentes a venda dos produtos e/ou prestação de serviços, inclusive impostos, taxas, embalagens, fretes (quando solicitado) e seguros necessários;

5.12 – O não cumprimento destas exigências poderá implicar na desclassificação parcial ou total da proposta.

6 – DA VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 – A proposta deverá ter prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes.

6.1.1 – Caso a proposta não apresente validade, a mesma será considerada de 60 (sessenta) dias.

6.2 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7 – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

7.1 – Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverão ser apresentados, conforme o caso:

7.1.1 – Registro Comercial no caso de empresa individual;

7.1.2 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos da eleição de seus administradores;

7.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.4 – Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2 – Para fins de **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** deverão ser apresentados:

7.2.1 – Cartão do CNPJ;

7.2.2 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.3 – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

7.2.4 – Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

7.2.5 – Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal da Sede da licitante.

7.2.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

7.3 – Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** deverão ser apresentados:

7.3.1 – Balanço patrimonial¹ e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices serão apurados pela aplicação da fórmula abaixo, podendo ser analisada pelo contador da administração, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

LIQUIDEZ CORRENTE: $\frac{AC}{BC}$ = índice mínimo: **1,00**

¹ **Até o dia 30 de abril:** todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para a Receita Federal do Brasil. **Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de maio:** 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente. 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se o mesmo já foi encaminhado para a Receita Federal, ou o do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove que a empresa adota a ECD. **Após o último dia útil de maio:** todas as empresas deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para a Receita Federal.



PC

LIQUIDEZ GERAL: $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$ = índice mínimo: **1,00**

PC + PELP

SOLVÊNCIA GERAL: $\frac{AT}{PC + PELP}$ = índice mínimo: **1,00**

PC+ PELP

ONDE: AC = Ativo Circulante; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo.

7.3.2 – Para empresas abertas neste exercício social e que não possuam Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, será aceito Balanço Patrimonial de Abertura, apresentado na forma da Lei, sendo o índice considerado igual a 1(um).

7.3.2.1 - Conforme Art. 31 § 5º da Lei 8.666/93, justifica-se a comprovação dos índices mínimos de 1(um) para correta avaliação de situação financeira e para que seja suficiente ao cumprimento das obrigações contratuais, demonstrando uma situação equilibrada da licitante.

7.3.3 – Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. Se os documentos não informarem data de validade, somente será aceito o que tenha sido expedido até 60 (sessenta) dias antes da abertura da licitação.

7.4 – RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1 – Para o item 1 – areia grossa, as licitantes devem apresentar cópias de licença de operação vigente emitido pelo órgão ambiental competente e registro no departamento de produção mineral (DNPM) da área de mineração.

7.5 – PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EPP

7.5.1 – A empresa que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação ou no cadastro de fornecedores, declaração firmada por Técnico Contábil, Contador, ou Sócio Proprietário de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos nesta licitação, mesmo que apresentem alguma restrição.

7.6 – DA DOCUMENTAÇÃO a ser apresentada:

7.6.1 – Toda a documentação (Propostas/Habilitação) deverá ser em original ou cópias autenticadas em Cartório.

7.6.2 – Poderá ainda, em razão do estado de calamidade pública, a Empresa apresentar cópias simples de toda a documentação (Propostas/Habilitação), mediante Declaração de Compromisso com firma reconhecida, conforme modelo em anexo (ANEXO VIII), ficando a Empresa, caso se sagre vencedora do certame, no dever de apresentar a documentação em conformidade com o disposto no Item 7.6.1.

8 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 – O julgamento será pelo menor preço unitário apresentado.

8.2 – O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

8.3 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações.

9 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 – Caso não haja recurso, o Pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o item do certame à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

9.1.1 – Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à realização do Pregão, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.2 – Caso as licitantes interpuserem recursos administrativos, os mesmos deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais serem protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, em até 02 (dois) dias úteis da data do término do prazo recursal, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.



9.1.3 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante na Ata de reunião de abertura dos envelopes de nº 01 e/ou 02, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação dos itens da licitação, pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.1.4 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.2 – Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, n.º 10.520/02 e Decreto Executivo n.º 4.031, de 06/9/2006.

10 – DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

10.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, os interessados poderão solicitar por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

10.2 – No dia, hora e local, designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do subitem 3.1.

10.2.1 – *Em razão do atual estado de calamidade pública, durante a sessão pública será permitido a participação de apenas um representante por empresa, o qual deverá observar as normas sanitárias em vigor na data da sessão.*

10.3 – Feito o credenciamento das licitantes e na presença delas e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 1 – PROPOSTA e n.º 2 – HABILITAÇÃO e procederá a abertura do envelope contendo a proposta e classificará o autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente a de menor preço.

10.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

10.5 – Será dado início a etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

10.6 – O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada em ordem decrescente de preço.

10.6.1 – Caso 02 (duas) ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

10.6.2 – Os lances serão pelo PREÇO POR ITEM.

10.7 – Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances já ofertados, após abertos os envelopes nº 1 - PROPOSTA.

10.8 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.9 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado pela Administração.

10.9.1 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e seu preço seja compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar para que seja obtido o preço melhor.

10.10 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.11 – Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.12 – A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar nº123/06 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

10.13 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.15 - Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.16 – As microempresas e empresas de pequeno porte com lances no limite de até 5% (cinco por cento) superior a menor



proposta poderão apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, após o encerramento da disputa do item, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

10.17 – Terá direito de ofertar o primeiro lance do desempate a ME ou EPP que estiver com o preço imediatamente anterior da primeira empresa previamente classificada.

10.18 – Na hipótese da não contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.19 – Na hipótese de não ocorrência de lances durante a sessão e caso haja igualdade dos valores das propostas apresentadas será realizado sorteio público, que será agendado o horário pelo pregoeiro, para classificação das propostas, observando-se na sequência o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

10.20 – Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

10.21 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado os itens do certame.

10.22 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o(s) item(s).

10.23 – Nas situações previstas nos subitens 10.21 e 10.22 o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.24 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.25 – O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.26 – Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará os itens à licitante vencedora do certame.

10.27 – Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, lacrados e devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será obrigatória a presença de todas as licitantes, sob pena de desclassificação da proposta e decadência dos direitos da mesma, inclusive quanto a recursos.

11 – DO CONTRATO

11.1 – Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o representante legal da licitante vencedora para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da data da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, nos termos do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da mesma Lei.

11.1.1 – Para assinatura do contrato, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverão apresentar:

11.1.1.1 – Declaração de que não possui no quadro funcional pessoas menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, de menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

11.1.1.2 – Declaração de que na qualidade de licitante, não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que comunicará a esta Administração a superveniência de fato impeditivo.

11.2 – O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do fornecedor, e motivo justificado.

11.3 – Não assinando o contrato no prazo anteriormente estipulado, a Administração convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação das propostas, para a assinatura deste, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.4 – A partir da assinatura do contrato, a licitante vencedora se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições



estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

12 – DA VIGENCIA

12.1 – A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses e/ou a total entrega do material, após assinatura do mesmo.

13 – DOS RECURSOS

13.1 – As despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRÂNSITO

2032 – Pavimentação e Recomposição de vias Urbanas

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (171)

2033 – Manutenção Recuperação de Pontes e Bueiros e Estradas Municipais

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (175)

2027 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (153)

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** da entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal na Secretaria de Finanças, devidamente visada pelo responsável da Secretaria correspondente.

14.2 – O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

14.3 – Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o mesmo seja definitivamente regularizado.

14.4 – O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se o produto ou serviço for entregue em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

15 – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

15.1 – Pelo descumprimento das condições fixadas nesta licitação, a licitante vencedora incorrerá nas sanções estabelecidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficando estabelecido o seguinte critério de multa:

15.1.1 – Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado proposto (valor total dos itens a qual concorreu), pela recusa em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias após convocação, caracterizando inexecução total do contrato e sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

15.1.2 – Multa no percentual correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado proposto (valor total dos itens a qual concorreu), pelo não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.1.3 – Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total estimado proposto (valor total dos itens a qual concorreu), por dia de inadimplência até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial do contrato;

15.1.4 – Multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado proposto (valor total dos itens a qual concorreu), pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do contrato;

15.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, além da penalidade de multa prevista no item anterior, aplicar ao licitante vencedor as seguintes sanções:

15.2.1 – Advertência;

15.2.1 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 02 (dois) anos, e,

15.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/93;

15.3 – A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração;



15.4 – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Município;

15.5 – Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o licitante fizer jus;

15.6 – Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei;

15.7 – As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa;

15.8 – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1 – DA LICITANTE VENCEDORA:

16.1.1 – Entregar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS (PMSM) o objeto deste contrato.

16.1.2 – Assumir a inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no Edital.

16.1.3 – Obriga-se a entregar o objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse das contratantes observando especialmente, o estabelecido no referido Edital.

16.1.4 – Obter expressa autorização da Administração antes de qualquer atividade que não esteja prevista no referido Edital.

16.1.5 – O representante legal supramencionado manterá um livro próprio para registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando a PMSM o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, e estipulando prazo para que sejam sanados.

16.1.6 – Facultar o livre acesso do representante e/ou peritos a suas fábricas depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contratada, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante, na forma do estipulado no item do Edital.

16.1.7 – A LICITANTE VENCEDORA, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na execução deste, que possam comprometer a sua qualidade.

16.1.8 – A LICITANTE VENCEDORA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas ao participar do processo licitatório e apresentar documentação relativa sempre que solicitado.

16.2 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS:

16.2.1 – Pagar a LICITANTE VENCEDORA os valores estipulados nos prazos estabelecidos.

16.2.3 – Autorizar formalmente os Termos Aditivos, quando configurar o interesse público na alteração contratual.

17 – DA FISCALIZAÇÃO

17.1 – A Administração indicará servidores para gerir e fiscalizar a execução dos serviços a serem executados através de portarias específicas para este fim, indicadas no Contrato.

17.2 – A Administração poderá determinar a realização de fiscalização contínua ou temporária através de auditoria, visando a proteção dos usuários dos serviços, sugerindo as providências para sanar possíveis lacunas ou falhas nos serviços.

18 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

18.1 – Conforme disposto no Termo de Referência em anexo.

19 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 – A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

19.3 – Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatários.



- 19.4** – Da sessão de abertura, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados.
- 19.5** – Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.
- 19.6** – Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93.
- 19.7** – Não serão aceitas documentação, propostas e relação dos preços unitários enviadas por meio eletrônico de transmissão de dados.
- 19.8** – Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados conforme o disposto no item 7.6.
- 19.9** – Os envelopes contendo a documentação de habilitação das licitantes classificadas para a fase de lance, mas que não participarem dos lances, serão devolvidos no término da sessão.
- 19.10** – Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, "caput" e parágrafo 1º, da Lei n.º. 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9º, inciso III, da Lei n.º. 8.666/93, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.
- 19.11** – Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.
- 19.12** – O pedido de esclarecimento não substitui as formalidades explícitas neste Edital.
- 19.13** – Fica eleito o FORO da Comarca de Santa Maria – RS para quaisquer litígios decorrentes do presente Edital.
- 19.14** – Maiores informações sobre este processo poderão ser prestadas aos interessados na Secretaria Municipal de Administração, Setor de Pregão, localizado junto ao prédio do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Silveira Martins, na Rua Vinte Um de Abril, 163, Silveira Martins - RS, em horário de atendimento, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min ou pelo fone (55) 3224-4800.

20 – DA IMPUGNAÇÃO E DA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 20.1** – Qualquer licitante ou cidadão poderá impugnar os termos do edital até 02 (dois) dias úteis que antecederem a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação.
- 20.2** – Em todas as fases de presente licitação serão observadas as normas previstas nas leis 10.520/2002 e 8.666/93.
- 20.3** – Os pedidos de impugnação serão aceitos via correios ou quando protocolados no setor de Protocolos da Prefeitura. Para efeitos de tempestividade serão aceitos pedidos via e-mail, sendo obrigatório envio físico até o dia seguinte ao do e-mail enviado.

21 – DOS ANEXOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

- 21.1 – ANEXO I** – Termo de Referência.
- 21.2 – ANEXO II** – Proposta financeira/quantitativo.
- 21.3 – ANEXO III** – Minuta do Contrato.
- 21.4 – ANEXO IV** – Modelo de Credenciamento.
- 21.5 – ANEXO V** – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.
- 21.6 – ANEXO VI** – Modelo de Desistência de Recursos Habilitação.
- 21.7 – ANEXO VII** – Modelo de Desistência de Recursos Propostas.
- 21.8 – ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de Compromisso.
- 21.9 – ANEXO IX** – Planilha de volume e custos de materiais para os seis trechos de calçamento.

Silveira Martins, 20 de maio de 2020.

Comissão de Pregão

Este Edital encontra-se examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica em ____/____/2020.

Anderson Martins Medina
OAB 71.594



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL 005/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo visa informar de que forma se dará a aquisição de material para pavimentação de diversas ruas no município de Silveira Martins, neste município.

1– DA JUSTIFICATIVA

1.1 – A aquisição do objeto licitado tem por justificativa, diante do exposto, adquirir material para a pavimentação, que se faz necessárias em diversas ruas no município de Silveira Martins, pois inúmeras delas não possuem tal infraestrutura. As localidades que não possuem infraestrutura de pavimentação, a execução destes serviços proporcionará maior segurança, trafegabilidade e condições dignas de ir e vir à população. Todos os serviços serão executados com mão de obra licitados.

2 – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a aquisição dos materiais abaixo relacionados:

TRECHO 1					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	103,86	R\$14,00	R\$1.454,04
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,15	R\$90,29	R\$13,54
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	45,00	R\$0,64	R\$28,80
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	206,00	R\$18,00	R\$3.708,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	17,31	R\$74,92	R\$1.296,86
TRECHO 2					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	98,64	R\$14,00	R\$1.380,96
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,08	R\$90,29	R\$7,22
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	24,00	R\$0,64	R\$15,36
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	110,00	R\$18,00	R\$1.980,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	16,44	R\$74,92	R\$1.231,68
TRECHO 3					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	50,49	R\$14,00	R\$706,86
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,09	R\$90,29	R\$8,13
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	26,00	R\$0,64	R\$16,64
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	119,00	R\$18,00	R\$2.142,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	8,42	R\$74,92	R\$630,82
TRECHO 4					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	73,62	R\$14,00	R\$1.030,68
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,04	R\$90,29	R\$3,61
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	15,00	R\$0,64	R\$9,60
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	55,00	R\$18,00	R\$990,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	12,27	R\$74,92	R\$919,26
TRECHO 5					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	80,64	R\$14,00	R\$1.128,96
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,09	R\$90,29	R\$8,13
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	30,00	R\$0,64	R\$19,20



04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	128,00	R\$18,00	R\$2.304,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	13,44	R\$74,92	R\$1.006,92
TRECHO 6					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	18,00	R\$14,00	R\$252,00
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,02	R\$90,29	R\$1,81
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	10,00	R\$0,64	R\$6,40
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	10,00	R\$18,00	R\$180,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	3,00	R\$74,92	R\$224,76

TOTAL DOS ITENS NOS TRECHOS 1, 2, 3, 4, 5, 6.					
ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL
01	AREIA GROSSA	TONELADA	425,25	R\$14,00	R\$5.953,50
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	0,47	R\$90,29	R\$42,44
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	150,00	R\$0,64	R\$96,00
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	628,00	R\$18,00	R\$11.304,00
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M³	70,88	R\$74,92	R\$5.310,18

3 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 – A contratada deverá entregar e descarregar o material (itens 2, 3, 4 e 5), de acordo com as nossas necessidades, que poderá ser no local da obra, (interior do município, conforme item 5 do Termo de Referência), neste município, e/ou na Secretaria de Infraestrutura, Rua 14 de Julho, S/N, Silveira Martins – RS, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 16:00 horas.

3.2 – O material do item 1– (areia grossa), a entrega, ficará a cargo da Prefeitura Municipal, onde o local da retirada deste item não poderá ser superior a 50 km da sede do município.

3.3 – A empresa vencedora deverá realizar a entrega em até 10 (dez) dias, mediante o recebimento da nota de empenho.

3.4 – Se houver verificação de má-fé da empresa, entrega do material fora das especificações será penalizada com as sanções previstas no edital, no contrato e dependendo do caso, até com representação em órgãos de defesa do consumidor.

3.5 – A licitante contratada não poderá alterar a qualidade, sob pena de aplicação das sanções previstas no termo de contrato.

3.6 – Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o produto não atende a especificações constantes no **Anexo I**, poderá a Prefeitura rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante vencedora providenciar a substituição dos materiais não aceitos no prazo de 10 (dez) dias.

3.7 – A Prefeitura reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, na inspeção de qualidade nos produtos e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado.

3.8 – Também será de responsabilidade da licitante todos os custos como transporte/frete dos itens 2, 3, 4 e 5I, exceto o item 1.

4 – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 – Os materiais recebidos deverão ser verificados e atestados pelo fiscal ou gestor do Contrato indicados pela PMSM.

4.2 – Para fins de avaliação e aceite dos materiais enviados pela CONTRATADA, caberá ao fiscal contratual, por meio de recursos diversos (tais como: e-mails ao gestor, visitas ao local, etc.), à sua escolha, obter informações concisas acerca da qualidade destes contratualmente acordados.

4.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

4.4 – Caso seja necessário realizar troca de produto, a CONTRATADA deverá fazê-lo em tempo não superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da data de comunicação à CONTRATADA, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

5 – LOCAIS DE ENTREGA DOS MATERIAIS CONFORME SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO

5.1 – RUA 21 DE ABRIL ENTRE A RUA ANDRADE NEVES E A PONTE LOCALIZADA NA DIREÇÃO DA RUA PEDRO BIANCHI.



5.2 – ACESSO À ESTRADA LINHA TRÊS SUL – INÍCIO DO PERÍMETRO.

5.3 – SEGUNDO (2º) TRECHO DA RUA ACESSO BIANCHI.

5.4 – ESTRADA LINHA TRÊS SUL TRECHO EM FRENTE A CAPELA N. SRA. DAS GRAÇAS.

5.5 – ESTRADA LINHA SEIS NORTE TRECHO EM FRENTE A CAPELA DE SÃO VALENTIM.

5.6 – ESTRADA GERAL IVO CATTANI TRECHO NO TREVO DE ACESSO À ESTRADA VICINAL VILA CATTANI.

6 – PROBLEMAS NA EXECUÇÃO

6.1 – Todo e qualquer problema encontrado no cumprimento das obrigações resultantes deste Contrato deverá ser relatado via protocolo à Secretaria de Administração, para as devidas considerações e providências.



ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL 005/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2020

PROPOSTA FINANCEIRA E VALOR DE REFERÊNCIA

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO	
Empresa:	CNPJ:
Endereço:	
Fone:	E-mail:
Dados bancários:	
Data: / /	Validade de Proposta:
Assinatura e Carimbo:	

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANT	VALOR REFERENCIA	VALOR TOTAL	PROPOSTA FINANCEIRA
01	AREIA GROSSA	TONELADA	425,25	R\$14,00	R\$5.953,50	
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M ³	0,47	R\$90,29	R\$42,44	
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	150,00	R\$0,64	R\$96,00	
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	628,00	R\$18,00	R\$11.304,00	
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M ³	70,88	R\$74,92	R\$5.310,18	



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX /2020

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS**, neste ato representado Prefeito Municipal FERNANDO LUIZ CORDERO doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa _____, CNPJ _____, situada na _____ doravante denominada CONTRATADA, têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, ESPECIFICADOS ABAIXO:

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANT	PROPOSTA FINANCEIRA
01	AREIA GROSSA	TONELADA	425,25	
02	AREIA MÉDIA LAVADA	M ³	0,47	
03	CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	150,00	
04	MEIO-FIO PRÉ MOLDADO EM CONCRETO (100X30X12CM)	MT	628,00	
05	PÓ DE PEDRA PARA REJUNTAMENTO e=3cm	M ³	70,88	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 – Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial 005/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses e ou a total entrega do material, após assinatura do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o seguinte valor, conforme Proposta Financeira constante no Edital, o valor de R\$ (.....) em até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega técnica e apresentação da Nota Fiscal.

4.2 – Não haverá reajuste do preço proposto durante a vigência do Contrato;

4.2.1 – Entretanto, ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro, requerido pela CONTRATADA, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – DA CONTRATADA:

5.1.1 – Entregar ao CONTRATANTE o objeto deste contrato no prazo estipulado.

5.1.2 – Assumir a inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no Edital.

5.1.3 – Obriga-se a entregar o objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse da CONTRATANTE observando especialmente, o estabelecido no referido Edital.

5.1.4 – Obter expressa autorização da Administração antes de qualquer atividade que não esteja prevista no referido Edital.

5.1.5 – O representante legal supramencionado manterá um livro próprio para registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando à CONTRATANTE o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, e estipulando prazo para que sejam sanados.

5.1.6 – Facultar o livre acesso do representante e/ou peritos a suas fábricas depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contratada, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE, na forma do estipulado no item do Edital.



5.1.7 – A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na execução deste, que possam comprometer a sua qualidade.

5.1.8 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas ao participar do processo licitatório e apresentar documentação relativa sempre que solicitado.

5.1.9 – Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a frete, seguros e demais encargos competem, exclusivamente a CONTRATADA.

5.2 – DO CONTRATANTE:

5.2.1 – Pagar a CONTRATADA os valores estipulados nos prazos estabelecidos.

5.2.2 – Autorizar formalmente os Termos Aditivos, quando configurar o interesse público na alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – Este contrato será gerido na pessoa do Gestor conforme Portaria xxx/20xx.

6.2 – A fiscalização será feita conforme Portaria xxx/20xx.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS PARA ENTREGA

7.1 – A CONTRATADA deverá entregar e descarregar o material itens 2, 3, 4 e 5, de acordo com as nossas necessidades, que poderá ser no local da obra, (interior do município, conforme item 5 do Termo de Referência), neste município, e/ou na Secretaria de Infraestrutura, Rua 14 de Julho, S/N, Silveira Martins – RS, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 16:00 horas.

7.2 – A Prefeitura Municipal irá retirar o material item 1.

7.3 – Após emitido a nota de empenho para a CONTRATADA, a mesma terá o prazo de 10 (dez) dias, para realizar a entrega.

7.4 – Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o produto não atende a especificações constantes no item 1.1, poderá a CONTRATANTE rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA providenciar a substituição dos materiais, não aceitos no prazo de 10 (dez) dias.

7.5 – A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder, no prazo de 10 (dez) dias, na inspeção de qualidade nos produtos e rejeita-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado.

7.6 – Também será de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos como transporte/frete dos itens 2, 3, 4 e 5, exceto o item 1.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS

8.1 – As despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRÂNSITO

2032 – Pavimentação e Recomposição de vias Urbanas

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (171)

2033 – Manutenção Recuperação de Pontes e Bueiros e Estradas Municipais

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (175)

2027 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo PJ (153)

8.2 – Os valores serão liberados diretamente a CONTRATADA, à ordem da Prefeitura Municipal, em até 30 (trinta) dias a partir da data da entrega técnica do objeto licitado, desde que não ocorram problemas de execução ou irregularidades na apresentação de documentos.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 – O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega e apresentação da Nota Fiscal na Secretaria de Finanças, devidamente visada pelo responsável da Secretaria correspondente.

9.2 – O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

9.3 – Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em



decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o mesmo seja definitivamente regularizado.

9.4 – A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se o produto ou serviço for entregue em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e/ou Edital.

9.6 – A CONTRATADA deve ter pleno conhecimento das disposições constantes do Edital, bem como de todas as suas condições, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A inexecução do presente Contrato ou a sua rescisão terá tratamento disposto na Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Este Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 – Por ato unilateral da Administração, nos casos previstos na Lei Federal nº 8.666/93;

11.1.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;

11.1.3 – Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES, MULTAS E INADIMPLEMENTO

12.1 – Pelo descumprimento das condições fixadas na licitação, a CONTRATADA incorrerá nas sanções estabelecidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficando estabelecido o seguinte critério de multa:

12.1.1 – Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias após convocação, caracterizando inexecução total do contrato e sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

12.1.2 – Multa no percentual correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

12.1.3 – Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial do contrato;

12.1.4 – Multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do contrato;

12.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, além da penalidade de multa prevista no item anterior, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 – Advertência;

12.2.1 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/93;

12.3 – A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE;

12.4 – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE;

12.5 – Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o licitante fizer jus;

12.6 – Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei;

12.7 – As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado à CONTRATANTE o contraditório e ampla defesa;

12.8 – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – A entrega de documentos e/ou missivas trocadas entre a CONTRATANTE e CONTRATADA será efetivada, via de protocolo, única forma, aceita como prova de entrega, por ambas as partes, durante o período de vigência de Contrato.



13.2 – Fica estabelecido que qualquer variação na forma da contraprestação ora ajustada será efetuada mediante acordo escrito firmado por ambas as partes, o qual fará parte integrantes deste instrumento observadas as condições legais estabelecidas, ressalvadas as alterações unilaterais permitidas a Administração na forma do estipulado no inciso “I” do artigo 65 da Lei 8666/93.

13.3 – As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conforme com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas na Lei 8666/93 com suas alterações posteriores, bem como, com todas aquelas contidas na Licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

13.4 – Os termos de recebimento serão emitidos conforme especificados no Edital.

13.5 – Não será permitida a subcontratação parcial ou total para o objeto licitado, devendo a CONTRATADA entregar o objeto em sua totalidade conforme o Edital.

13.6 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria – RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes assim, justas e contratadas assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas estando de acordo com o estipulado.

Silveira Martins, _____ de _____ de 2020.

Município de Silveira Martins
FERNANDO LUIZ CORDERO
Prefeito Municipal

EMPRESA
CNPJ

Este Edital encontra-se examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica em ____/____/20XX.

TESTEMUNHAS

1- _____

2- _____



ANEXO IV

CREDENCIAMENTO

(Modelo)

Pelo presente credenciamos o (a) Sr.^a(a). _____, portador (a) da Cédula de Identidade com RG nº. _____, para participar em procedimento licitatório, consistente no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada, inclusive os poderes para formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

_____ em, ____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Modelo)

(Nome da empresa), CNPJ n.º....., sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos da habilitação e entrega dos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante



ANEXO VI

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Desistência do Prazo Recursal Habilitações

A empresa abaixo assinada, participante deste certame, por seu representante legal ou credenciado, vem através do presente, renunciar expressamente ao prazo recursal de habilitação, conf. Art 109 da Lei federal 8.666/93 e posteriores alterações, do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 005/2020, desde que considerados HABILITADOS, passando para a fase de recebimento das propostas.

_____, de _____ de 2020.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Responsável Legal: _____

Assinatura: _____



ANEXO VII

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Desistência do Prazo Recursal Propostas

A empresa abaixo assinada, participante deste certame, por seu representante legal e/ou credenciado, declara, na forma e sob as penas da Lei 8.666/93, que não pretende recorrer do resultado do julgamento das propostas de preços referente ao PREGÃO PRESENCIAL 005/2020, renunciando expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

_____, de _____ de 2020.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Responsável Legal: _____

Assinatura: _____



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

(Modelo)

A _____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que em atenção ao Item 7.5.2 do presente Edital, que em razão do estado de calamidade pública, a Empresa apresentará cópias simples de toda a documentação (Propostas/Habilitação), ficando a Empresa, caso se sagre vencedora do certame, no dever de apresentar a documentação original/autenticada quando da assinatura do Contrato, sob pena de desclassificação.

_____, de _____ de 2020.

Responsável: _____

Assinatura: _____



ANEXO IX

PLANILHA DE VOLUMES E CUSTOS DE MATERIAIS PARA OS SEIS TRECHOS DE CALÇAMENTO

LOCAL	ÁREA	AREIA MÉDIA		AREIA GROSSA		CIMENTO		PEDRA IRREGULAR		MEIO FIO		PÓ DE PEDRA	
-	M ²	Volume M ³	Valor R\$	Volume M ³	Valor R\$	Volume Kg	Valor R\$	Volume M ²	Valor R\$	Volume M	Valor R\$	Volume M ³	Valor R\$
TRECHO 1	577,00	0,15	13,54	103,86	1.454,04	45,00	28,66	577,00	9.809,00	206,00	3.708,00	17,31	1.296,83
TRECHO 2	548,00	0,08	7,22	98,64	1.380,96	24,00	15,29	548,00	9.316,00	110,00	1.980,00	16,44	1.231,65
TRECHO 3	280,50	0,09	8,13	50,49	706,86	26,00	16,56	280,50	4.768,50	119,00	2.142,00	8,42	630,81
TRECHO 4	409,00	0,04	3,61	73,62	1.030,68	15,00	9,55	409,00	6.953,00	55,00	990,00	12,27	919,24
TRECHO 5	448,00	0,09	8,13	80,64	1.128,96	30,00	19,11	448,00	7.616,00	128,00	2.304,00	13,44	1.006,90
TRECHO 6	100,00	0,02	1,81	18,00	252,00	10,00	6,37	100,00	1.700,00	10,00	180,00	3,00	224,75
TOTAL	2.362,50	0,47	42,44	425,25	5.953,50	150,00	95,54	2.362,50	40.162,50	628,00	11.304,00	70,88	5.310,18

LOCAL	TOTAL MATERIAL
-	R\$
TRECHO 1	16.310,07
TRECHO 2	13.931,12
TRECHO 3	8.272,86
TRECHO 4	9.906,08
TRECHO 5	12.083,10
TRECHO 6	2.364,93
TOTAL	62.868,16